

Entre arcaísmos e modernidades imaginadas: Nordeste em cena nos textos da mídia

Sofia Zanforlin¹

Interessa-nos neste artigo discutir onde se ancoram noções que repartem o país em frágeis, porém constantes, divisões de arcaico/moderno, sendo o primeiro representado pela região Nordeste e o segundo focado nas regiões Sudeste e Sul. Se observarmos as recentes produções cinematográficas nacionais que recorreram ao Nordeste como tema, podemos identificar uma série de repetições de preconceitos, de imagens que repousam numa imanência peculiar. O foco está em observar que dentro dessa divisão binária, deixam-se perder complexidades e novas oportunidades de se problematizar questões referentes à identidade, subjetividade e alteridade nos textos da mídia.

Palavras-chave: Nordeste, mídia, identidade.

Between archaisms and imagined modernity: The Northeast of Brazil on the media. The article discusses the notions that divide the country in two fragile, but constant, images: one represents the modernity of the south of Brazil and the other, the archaism from the north. This conception perpetuates a binary vision of the country, it also leaves unsolved questions of identity, subjectivity, alterity, and it reveals that some prejudices are still present in the media.

Key words: Northeast, media, identity.

El objetivo en este trabajo es discutir las ideas que perduran en el país y lo dividen en dos débiles pero constantes imaginarios de lo moderno/ arcaico en que la región Sur representa lo primero e la Norte, la última. Nuestra sospecha es que en esta división binaria se quedan intocables los prejuicios y se pierden oportunidades de observar las complejidades entre las regiones, así que no se cuestionan las identidades, subjetividades y alteridades. En esta manera, se revelan también resquicios de una idea de país todavía cerca de la ideología del estado-nación y que este imagen se queda existente en los textos de la media.

Palabras clave: Nordeste, medios, identidad.

¹ Doutoranda Eco – UFRJ. E-mail: sofiazanforlin@uol.com.br.

Introdução

Interessa-nos neste artigo apontar onde se ancoram noções que repartem o país em frágeis, porém constantes, divisões de arcaico/moderno, sendo o primeiro representado pela região Nordeste e o segundo focado nas regiões Sudeste e Sul. Sem ignorar as razões que consagram esse viés histórico brasileiro, o foco está em observar que, dentro dessa divisão binária, além de se deixarem perder complexidades, novas oportunidades de se problematizar questões referentes à identidade, subjetividade e alteridade nos textos de mídia.

Através da análise das imagens do cinema hollywoodiano, Shohat e Stam (2006) demonstram que vivemos inseridos numa lógica que consagra o retrato do branco europeu como a estética normativa e como berço dos valores considerados, no âmago do imaginário ocidental eurocêntrico, símbolos do aprimoramento civilizacional, tais como racionalidade, lógica e cultura letrada formal. Seguindo este pensamento, as sociedades no passado colonizadas sob a visão de mundo (*weltanschauung*) acima descrita continuam hegemonicamente sendo representadas a partir do lugar da alteridade, sendo possível identificar nessas imagens resquícios de racismos, hierarquizações sociais e preconceitos culturais.

Um rápido olhar sobre a produção audiovisual nacional confirma essa impressão. Se pensamos a produção do cinema brasileiro basicamente localizada no eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo, percebemos que há um posicionamento hegemônico que transfere os vícios do olhar construído ao longo de uma hierarquia eurocêntrica sobre as margens e periferias do Brasil. Isso quer dizer que o cinema nacional opera, com algumas exceções, segundo os mesmos parâmetros de Hollywood, quando opta pela generalização a sutilezas e complexidades dos lugares, por exemplo. É dessa forma que nos acostumamos a associações rápidas: o Nordeste é uma única região compacta, sem distinções socioculturais entre seus estados membros, praticamente sem vestígio de urbanidade, descolado dos valores de modernidade, habitado por seres exóticos, rurais, ora representados sob a chancela do cangaceiro ou do sertanejo raquítico. Essas generalizações não são exclusivas a região Nordeste. Se pensarmos o Norte, por exemplo, é fácil a associação entre selva e índios; não imaginaríamos nada como o teatro de Manaus ou a diversidade da comunidade japonesa de Belém do Pará.

Sem embargo, importa destacar que esse ideário vem ancorado nas concepções naturalistas e eugênicas, em que figuram como tipo nacional preferencial a imagem do branco

europeu, onde se inclui a região Sul como o modelo a ser seguido. Esse movimento se ratifica e recebe novos enxertos imaginários ao longo do tempo, com uma maneira de pensar o Brasil calcado na inserção industrial e num ideário de modernidade, iniciado na era Vargas e solidificado com Juscelino Kubitschek, em que concentrava na região Sudeste o predomínio da tecnologia, da pesquisa, do desenvolvimento econômico e cultural, por conseguinte.

História e imaginário: marcos identitários e criação do nacional em busca do moderno

“Nordeste não é... hoje, no contexto mental do brasileiro, apenas um conceito geográfico, um ente ecológico, um espaço antropológico ou uma área cultural. Uma das conotações da palavra, e hoje talvez mais legítima, é de natureza econômica. Nordestização é uma medida econômica, um ‘metro’ para medir uma situação social”
(Franklin de Oliveira in Freyre, 1989, p. 31)

O Nordeste brasileiro foi a região que representou o melhor e o mais rápido desenvolvimento da cultura açucareira nos primeiros momentos da colonização do Brasil. Essa produção assentava-se em algumas premissas: grande propriedade centrada nas mãos de colonos que se dispunham a vir para a nova terra, o engenho, geralmente de posse de capital facilitado pela coroa portuguesa; a monocultura, salvo algumas lavouras destinadas à subsistência e posteriormente à pecuária; e o trabalho escravo, este último possível a partir do grande montante gerado pelos lucros da economia açucareira, já que a aquisição do escravo só era possível em condições de absorver o elevado custo. Naquele momento, a emigração europeia para os engenhos de açúcar era pouco atrativa, diferente do que começou a ocorrer a partir da ascensão da mineração e, posteriormente, com a economia cafeeira.

A centralização das decisões políticas no Sudeste do país, seguida pelos primeiros passos da industrialização nacional, já na fase republicana brasileira, confirma uma situação de desigualdade regional. A desqualificação de um excedente de mão-de-obra originária principalmente do contingente escravo, imbuída de preconceitos racistas nascidos no pensamento naturalista e embasados pelos discursos oficiais, sugeria a inferioridade racial, não só do

negro, mas também do mestiço, e cooperou para a imagem negativa do retirante nordestino no pau de arara, ajudando a consolidar o imaginário de pobreza, de seca.

É nesse momento também que se consolida no Brasil o ideário de progresso e desenvolvimento, na criação de um projeto que envolvia a substituição de um imaginário calcado nos relatos da igreja pelos argumentos científicos, a saber os relatos de Euclides da Cunha, baseados na geografia e geologia, em *Os Sertões* (1902), por exemplo. A obra é considerada um marco, pois se inicia com ela a busca pelas nossas origens no sentido do entendimento do que constituiria o nacional e apreensão de um território praticamente inexplorado e uma gente pouco conhecida, o sertão e os sertanejos.

Os Sertões é, sem dúvida, um marco, no sentido que esboça os elementos com que vai ser pensado o problema de nossa identidade nacional. É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais. Em Euclides aparece formulado o par de opostos que vai perpassar os discursos sobre nossa nacionalidade: o paulista versus o sertanejo (Albuquerque Jr., 2006, p. 53).

É no final do século XIX e início do século XX, sob a influência das teorias eugênicas e naturalistas de melhoramento racial, onde se lê a busca pelo “embranquecimento” da população mestiça brasileira, pela adoção de modelos urbanos e de novos parâmetros econômicos. Já com o início do Estado Novo, tendo à frente o presidente Getúlio Vargas, pode-se perceber a ascensão do discurso de conquista e desbravamento, quando convoca a nação para a marcha rumo ao sertão, para que possamos conquistar a nossa unidade, tanto territorial como racial: “Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo de nossa definição racial” (Chauí, 2000, p. 68).

Por medidas de vários matizes, nutria-se a esperança de dar feições mais precisas à composição da nação brasileira, por meio de seu território rico, civilizado e cheio de potencialidades, com um povo aperfeiçoado e novo representante do progresso. [...] Nesse sentido, avaliavam que o homem do Sul do Brasil já se encontraria em plena fase de arianização, devido às constantes correntes migratórias dos melhores povos europeus (Mota, 2003, p. 55).

É nesse contexto que os debates em torno da identidade nacional são implementados, num claro deslocamento e substituição de modelos, em busca daquilo que, segundo Chauí, nos faria plenos, ou desenvolvidos: “a identidade do Brasil, construída na perspectiva do atraso ou do subdesenvolvimento, é dada pelo que lhe falta, pela privação daquelas características que o fariam pleno e completo, isto é, desenvolvido” (Chauí, 2000, p. 28). Colocando em cena intelectuais, cronistas, políticos e artistas num movimento de pensar o Brasil, tendo como meta o projeto modernizador, dá-se a tentativa de deixar para trás as marcas de uma estrutura rural inadequada às aspirações industriais da nova elite nacional. Para articular essas idéias, foi preciso, portanto, lançar mão dos meios de comunicação que poderiam conectar a elite cultural e econômica e governamental na disseminação e fundamentação do que se constitui como o novo imaginário.

A divisão natural do Brasil em litoral e sertão dá origem a uma tese de longa persistência, a dos “dois Brasís”, reafirmada com intensidade pelos integralistas dos anos 20 e 30, quando opõem o Brasil litorâneo, formal, caricatura letrada e burguesa da Europa liberal, e o Brasil sertanejo, real, pobre, analfabeto e inculto (Chauí, 2000, p. 67).

Segundo Baltar, entre as décadas 1920 e 1940 crescem os relatos de viagens desbravadoras aos chamados “rincões”. Estes relatos passam a ser disseminados em jornais como *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, e, dessa forma, começa a construção de um “lugar de fala” para o Nordeste, tomado como alteridade nacional, como o pitoresco e o diferente: “Em meio ao furor modernista, antropofágico e cosmopolita, vai-se organizando uma nação que se constrói a partir da oposição entre o regionalismo paulista (da superioridade, da modernidade urbana) e um regionalismo nordestino (da inferioridade, do medieval, do rural, do tradicional)” (Baltar, 2003, p. 64). Além disso, o tema da migração, decorrente do empobrecimento regional, adquire fôlego, e o migrante nordestino, pobre e mestiço em sua maioria, representa o incômodo visitante que se contrapõe notadamente ao imigrante europeu.

A instituição do imaginário vinculado ao rural, ao atraso e à pobreza ao Nordeste prossegue nas produções culturais do cinema novo, como no documentário *Viramundo* (Sarno, 1965)². Na análise desse documentário,

² *Viramundo* - Geraldo Sarno (SP, 40 min, 1965): A migração de nordestinos para o Estado de São Paulo e os problemas gerados pela inadaptação na sociedade industrial. Um dos episódios da série clássica “Brasil Verdade”, produzida por Thomas Farkas. Fonte: http://www.terra.com.br/cinema/festivais/true99_nacional.htm.

empreendida por Bernadet, foi possível identificar a concatenação de idéias e imagens voltadas para a criação do que o autor denominou de um “tipo sociológico”, ou seja, existiria um esforço na cristalização do estereótipo baseado no atraso e na desqualificação do nordestino.

O “tipo sociológico”, uma abstração, é revestido pelas aparências concretas da matéria-prima tirada das pessoas, o que resulta num personagem dramático. E para que funcione esse sistema, é necessário que da pessoa se retenham os elementos, e apenas eles, úteis para a construção do tipo. [...] O tipo com o qual se lida condiciona a matéria-prima individual a ser selecionada (Bernadet, 2003, p. 24).

Segundo Chauí (2000, p. 27), “só é uma nação o agrupamento humano que possuir uma elite cultural solidamente estabelecida”. Em sua gênese histórica, a nossa elite se fundamenta pela “cultura senhorial”, pela manutenção do privilégio, do consumo de luxo usado como demarcador de fronteiras sociais e de classe e numa polarização entre interesses políticos regionais. Sem esquecer de mencionar que essa elite mantém sempre o olhar voltado para modelos que considera superiores, sejam eles europeus, notadamente a sua influência nos dois séculos anteriores, e principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, dos EUA como parâmetro de desenvolvimento: “é pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa ‘identidade’, definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações” (Chauí, 2000, p. 27). Logo, poderíamos supor que as questões nacionais passam sempre a ser negociadas, representadas e observadas a partir da insistência na dicotomia entre atraso e progresso, sinalizando a manutenção de modelos e pontos de vista, tais como inoperância de uma classe média madura, ausência de uma classe operária organizada, por exemplo.

O que nos interpela, portanto, é verificar a permanência dessas representações na mídia contemporânea. Identificamos genericamente a predominância de dois tipos de representações relativas aos textos produzidos sobre o Nordeste: a primeira, que aponta o Nordeste como a barreira ao desenvolvimento; e, a segunda, que apreende a região, seus costumes, suas festas, suas religiões, sua etnografia, sua cultura, com o olhar do exótico, do diferente, do multicultural.

De qualquer forma, exclui-se das duas visões predominantes sobre o Nordeste qualquer vestígio de debate político, na insistência do mascaramento das tensões sociais que compõem a sociedade brasileira, e na opção pela visão apolítica da celebração multicultural: “Na América Latina, as mesmas elites europeizadas que evocam com

orgulho sua cultura mestiça se recusam terminantemente a dividir o poder com a maioria mestiça. Assim, ‘vitórias’ culturais reais mascaram derrotas políticas” (Shohat e Stam, 2006, p. 50).

Entre arcaísmos e modernidades imaginadas

Ao assumirmos um conjunto específico identitário, estamos assumindo um grupo de categorias distintas e definidoras, mas, ao mesmo tempo, excludentes de uma série de outros posicionamentos. É dessa forma que se afirma que a identidade se constitui em contraste com a diferença. Ao longo da construção da história, pode-se observar que a identidade brasileira constitui-se a partir da ambivalência entre o passado arcaico e as projeções da modernização do futuro. Essa ansiedade pelo porvir, que percorre o imaginário nacional, nos faz sentir orgulhosos de uma região Sul de lavouras modernizadas, de indústrias importadoras de bens de consumo sofisticados; faz-nos regozijar da pujante urbanidade paulistana, de um mercado consumidor promissor, de uma sociedade em sintonia com o que há de mais atualizado em termos de consumo cultural, traduzidos para o povo em imagens das telenovelas, em grande parte, centradas no cotidiano da zona sul carioca.

Esses são, em linhas gerais, os signos que nos conectam ao primeiro mundo idealizado, a senha de entrada para um clube exclusivo na contemporaneidade. Nesse *portfolio* contemporâneo não sobra espaço para o que está fora do centro propagador da cultura midiática do país. Há, sim, a periferia urbana de São Paulo e as favelas do Rio, a alteridade imediata e ameaçadora. E há os pólos de cultura exótica, novidade do lançamento das bandas de música que desestabilizam as noções entre passado e futuro, que refrescam por alguns momentos as chapadas programações das rádios e tvs dedicadas aos videoclipes. Afora isso, a cultura como o terreno da suspensão de estigmas e catalisadora das invenções dos chamados “rincões”, há apenas a repetição de imagens e signos que congelam o passado no presente. Essas percepções estão ancoradas na programação das TVs abertas, onde o estereótipo se consagra como estratégia comunicacional de fácil conexão.

Ao olharmos para trás, foi a partir das políticas de modernização e criação de indústrias no território nacional, o fim do trabalho escravo e abertura para o recebimento de imigrantes europeus para o exercício do trabalho assalariado

é que são dados os primeiros contornos do contexto para a construção de um novo mapeamento identitário, que seria demarcado a partir desse ideário; voltado para o futuro e discriminando o passado como um marco de atraso e, portanto, destinado ao esquecimento.

Poderíamos apontar a região Nordeste como aquela que, para o olhar midiático, essencializa esse passado incômodo. A maioria de sua economia centrava-se na monocultura, na pecuária, numa elite dirigente eminentemente portuguesa, ou de descendentes, exemplos da burocracia arraigada herdada da coroa, e posteriormente, concentrada em uma elite rural pouco afeita à delegação de poderes e ciosa na manutenção de seus privilégios políticos e hierárquicos. Sem esquecer de mencionar a imensa maioria populacional constituída de mestiços; o tipo que deveria ser relegado à subalternidade, à inaptidão intrínseca, de acordo com as novas ideologias eugênicas e das teorias naturalistas que pregavam a raça negra como inferior, condenada, portanto, ao trabalho servil. O fato é que o traço oligárquico da sociedade brasileira foi sendo localizado nos textos de mídia num espaço geográfico específico, sendo dispensada de crítica às famílias paulistanas que concentram propriedades rurais e conglomerados de comunicação, além das oligarquias do Sul, por exemplo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A esses espaços não cabem nem narrativas midiáticas, na forma de cinema, imprensa, matérias de TV.

Após traçarmos rapidamente o contexto pelo qual a região Nordeste pode ser enquadrada a partir da noção de arcaico, enraizada que esteve desde finais do século XIX nesse ambiente de signos e imagens que a incorporam sempre pela ótica do passado, verificamos que não seriam as noções entre arcaico e moderno ambas possíveis apenas a partir de concepções fincadas no imaginário? O que seria ser moderno ou arcaico? Que categorias definem e separam essas duas idéias? Qual marco constitutivo pode ser apontado como definidor de uma suposta modernidade e outro deficitário dessa noção? Estamos traçando marcos a partir de costumes sociais superados, relações entre classes, poder dirigente, elite intelectual, povo ignorante, iletrado? Qual o marco entre moderno e atraso? Estamos falando de tecnologia, de pesquisa, de bens de consumo, de marcos do desenvolvimento urbano, estradas, ferrovias, vias de acesso para a troca de bens? Estamos falando de economia, de sociedade, de cultura, de costumes? Quais as bases desses marcos? Todo esse questionamento nos conduz ao debate de como os discursos sobre o nacional são inseridos no cotidiano, através de mecanismos de memória, representação e como essas narrativas são constantemente retrabalhadas nos textos de mídia.

Segundo Huyssen (2000, p. 17), “cultura modernista foi energizada por aquilo que poderia ser chamado de ‘futuros presentes’”, e essa mudança se daria a partir da década de 1980, e assim estaríamos sempre nos voltando para o passado talvez em busca de resquício de um futuro promissor. Para o autor, as fronteiras entre passado mítico e real serão sempre, difíceis de serem traçadas, uma vez que tanto o real é passível de ser mitologizado, quando o mítico pode, assim, gerar efeitos de realidade:

É claro que os debates sobre a memória nacional estão sempre imbricados com os efeitos da mídia global e seu foco em temas tais como genocídios e limpeza étnica, migração e direitos das minorias, vitimização e responsabilização. Quaisquer que possam ser as diferenças e especificidades locais das causas, elas sugerem que a globalização e a forte reavaliação do respectivo passado nacional, regional ou local deverão ser pensados juntos (Huyssen, 2000, p. 17).

Como podemos perceber nas argumentações anteriores deste artigo, as produções literárias, os jornais e, em seguida, as produções audiovisuais foram requisitados na construção da identidade nacional. Vimos que também foi através deles que se cristalizaram discursos que vinculam a noção de moderno a um determinado conjunto de signos que operam na consolidação desse imaginário, representados pela urbanidade, industrialização, como aspectos econômicos, e o imigrante europeu como símbolo de uma raça superior e desejada. A imprensa produzida e disseminada a partir da sede nas cidades centrais, menos no sentido geográfico mas como configuração de poder, recorre à periferia, para confirmar o vínculo destas regiões com um modelo de passado, de arcaísmo, a ser explorada, conquistada e, quem sabe, transformada.

A mídia, portanto, é um dos vetores responsáveis por dar forma a todo um texto que embasará a sensação de pertencimento. A imprensa, a comunicação de massa, propicia o embasamento da idéia de comunidade, de pertencimento ao todo maior que seria a nação brasileira. Somos brasileiros, porque podemos, antes de tudo, comungar de uma série de representações e de imaginários que serão constantemente lembrados nos textos de mídia.

O imaginário do público da indústria cultural é democrático, pois camadas muito amplas de leitores e leitoras encontraram no novo jornalismo de massa um lugar de identificação e de expressão de necessidades e desejos, de informação e de fantasias (Sarlo, 2005, p. 43).

No entanto, no fato de que a mídia possa tecer espaços de reconhecimento e pertencimento, não está implícita a noção de inclusão, por exemplo. Sabemos que tanto o conceito de nação como o de identidade se baseiam na exclusão da diferença; logo, encontraríamos aí a pista para a permanência de imaginários binários nas representações entre as regiões brasileiras?

Neste caminho, acreditamos que os conteúdos midiáticos são os responsáveis pela mediação, sedimentação e circularidade de imagens, conceitos, ideologias e estereótipos que são constantemente renovados, repetidos, recriados. Os *media*, portanto, se disponibilizam como mais um dos espaços onde se reproduzem as tensões sociais. A partir desses mecanismos de atuação, abrir-se-ia espaço tanto para a diversidade e expressão da diferença, da alteridade, como para o estigma, o distanciamento, a luta pelo poder de representar e a exclusão da diferença.

A mídia, no seu papel de mediador de sentidos e expressão de um grupo detentor de capital financeiro e simbólico, configura-se como um meio de transmissão e conformação de representações, algumas vezes sustentadas pela falta de conhecimento adequado, outras pela redução dos significados a modelos de fácil reconhecimento.

Se observarmos as recentes produções cinematográficas nacionais que recorreram ao Nordeste como tema, podemos identificar uma série de repetições de preconceitos, de imagens que repousam numa imanência peculiar: o Nordeste é comumente tomado como um lugar único, de uma identidade homogênea, ignorando assim as particularidades culturais existentes entre os nove estados que compõem a região. Resta pouco espaço para outra visão que não seja por meio da miséria, de pessoas de rostos e corpos franzinos cobertos por uma pele tão rachada quanto o solo.

No mesmo caminho segue a produção factual sobre a questão, dentre documentários e matérias jornalísticas: o tema da migração e das supostas conseqüências que acarreta, aí incluído o inchaço das cidades do Sudeste, é alternado com matérias cujo enfoque recai sobre o exotismo cultural da região. Salientamos que as imagens de miséria, de descaso, de desterro, de falta de perspectiva e de atraso se repetem descontextualizadas de nenhuma perspectiva histórica, econômica, social ou política. O Nordeste, portanto, é o fardo nacional por excelência, a região que corporifica

que há de mais arcaico, incômodo e atrasado num país que carrega em seu imaginário o sonho de pertencer ao “futuro”.

Na expressão de seu imaginário eurocêntrico, os que detêm as condições de produção e difusão cultural e informacional operam continuamente a tessitura da divisão social, da perpetuação de uma afirmação de alteridade “nós e eles” no imaginário nacional, desprovido de qualquer reflexão histórica, material ou política. Esse imaginário traz conseqüências. Além de distorcer a base informativa necessária para as futuras tomadas de decisão e para a construção de solidariedades, é combustível para a tensão social e afirma sem constrangimentos, porque percebido como “natural”, que não seríamos partícipes da mesma comunidade nacional.

Referências

- ALBUQUERQUE JR, D. 2006. *Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo, Cortez, 340 p.
- BALTAR, M. 2003. *Todos os Nordestes. Apagamentos e permanências do imaginário no documentário contemporâneo*. Niterói, RJ. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 134 p.
- BERNARDET, J. 2003. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo, Companhia das Letras, 318 p.
- CHAUÍ, M. 2000. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 103 p.
- CUNHA, E. 1902. *Os Sertões*. São Paulo, Ateliê, 928 p.
- FREYRE, G. 1989. *Nordeste*. Rio de Janeiro, Record, 196 p.
- HUYSEN, A. 2000. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 116 p.
- MOTA, A. 2003. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 116 p.
- SARLO, B. 2005. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro, José Olympio, 238 p.
- SHOHAT, E. e STAM, R. 2006. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo, CosacNaify, 528 p.

Submetido em: 20/11/2007

Aceito em: 21/01/2008